

AS CIDADES MÉDIAS BRASILEIRAS: OS DESAFIOS E A COMPLEXIDADE DO SEU PAPEL NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL (DÉCADA DE 1970)

BEATRIZ MARIA SOARES PONTES¹

RESUMO: Neste trabalho são apresentadas as estratégias preconizadas pelo Estado Brasileiro (II PND) para os centros urbanos de médio porte, de conformidade com a região na qual estão localizados: Norte, Nordeste, Sul e Centro-Oeste. Em seguida são definidos diferentes tipos de cidades médias, os critérios adotados para a sua classificação e inserção no Programa Governamental, finalizando, com uma reflexão crítica sobre a abordagem teórica positivista ocorrida na década de 70 sobre o espaço urbano, nele incluso, a questão das cidades médias.

PALAVRAS CHAVE: cidades médias, organização do espaço, região.

THE AVERAGE BRAZILIAN TOWNS: IT CHALLENGES AND THE COMPLEXITY OF ITS ROLE CONCERNING THE REGIONAL SPACE MANAGEMENT

ABSTRACT: In this work is presented the strategies praised by Brazilian State (II PNB) for the urban centers of average transport, of conformity with the region in which is located: north, northeast, southeast, south and center-west. After that the different types of average cities, the criteria adopted for its sorting are defined and insertion in the governmental program finishing with a critical reflection on the occurred positivist theoretical boarding in the decade of 70 on the urban space, in enclosed it, the questions of the average cities.

KEY WORDS: average towns, space management, region

INTRODUÇÃO

Em 1975 o Estado militar lançou o II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (II PND) no qual, através da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, traçava, ao nível das macrorregiões, brasileiras, as estratégias concernentes aos centros urbanos de médio porte.

Na Região Sudeste previa-se:

- A coordenação dos investimentos em infra-estrutura e a regulamentação do uso do solo nas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, de modo a conter a taxa de crescimento dessas metrópoles e induzir à descentralização das atividades produtivas, particularmente das industriais, para centros periféricos de médio porte, que apresentassem potencialidades locais.

¹ Professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Rua Ipanaguassu, 1155 – Tirol – Natal-RN. CEP: 59015-030

- Ao planejamento da expansão e reforço da infra-estrutura urbana das cidades beneficiárias da desconcentração funcional intra-regional, com atuação preferencial sobre os núcleos urbanos com mais de 50.000 habitantes.

- A dinamização das funções urbanas de apoio às atividades agropecuárias e agroindustriais desempenhadas por cidades de médio e pequeno porte.

Na Região Sul pretendia-se alcançar:

- A dinamização e promoção das atividades de planejamento integrado, infra-estrutura urbana e equipamento social, atuando preferencialmente nos centros urbanos com população superior a 50.000 habitantes.

Na Região Nordeste, a estratégia urbana visava:

- O crescimento das atividades produtivas e a melhoria na infra-estrutura funcional e no equipamento social das capitais dos Estados e dos pólos secundários regionais.

- A dinamização dos núcleos urbanos regionais que exerceriam ou viriam a exercer funções da polarização do desenvolvimento regional através de apoio às atividades produtivas e dos investimentos em infra-estrutura urbana e equipamento social. A esses núcleos caberia importante função na contenção do processo migratório e no apoio às atividades agropecuárias e agroindustriais.

Nas Regiões Norte e Centro Oeste, a estratégia tentaria promover:

- A promoção dos núcleos urbanos de ocupação estrategicamente selecionados ao longo das grandes rodovias de integração nacional, bem como em função das potencialidades sub-regionais para o desenvolvimento agropecuário, agroindustrial e agromineral.

A partir deste quadro de referência, uma série de estudos começaram a surgir, visando, sobretudo, conceituar o que seria uma "cidade média", bem como identificar os tipos de cidades médias.

Segundo as estratégias emanadas da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, foram, então, estabelecidas as diretrizes gerais do Programa Nacional de Capitais e de Cidades Médias:

Objetivos

- Propiciar novos pólos de desenvolvimento
- Desconcentração da população e das atividades econômicas
- Criar novos empregos
- Reduzir disparidades de renda

Pressupostos

- Existência de relações entre aglomeração e o desenvolvimento
- Possibilidade de concentrar os investimentos governamentais

Método

- Concentrar ações do governo
- Atingir certos níveis de infra-estrutura urbana
- Atingir determinada escala nas aglomerações

Classificação dos centros

- Centros com função de desconcentração (alternativas para o Rio e São Paulo)
- Centros com função de dinamização (nas regiões que se pretendia desenvolver)

Nos centros com função de desconcentração o programa propunha melhorar os sistemas de transportes e comunicações ao nível regional, estimular, assegurar espaço e infra-estrutura para o setor secundário, criar distritos industriais, promover a indústria local e proteger o meio ambiente.

Nos centros com função de dinamização o programa propunha a melhoria dos transportes regionais e mais apoio à comercialização e estocagem de produtos primários, a criação de facilidades creditícias para a indústria regional, o treinamento gerencial, o desenvolvimento das telecomunicações e a construção de equipamentos sociais urbanos.

1. Primeiras Hipóteses para uma Classificação Funcional das Cidades Médias no Brasil

Na condição de assessor da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana, afeta ao então Ministério do Planejamento, o Prof. Michel ROCHEFORT (1975), em caráter, segundo ele, preliminar definiu a "cidade média" como "um centro urbano em condições de atuar como suporte às atividades econômicas de sua interlândia".

Em seguida, Rochefort sugeriu uma classificação das cidades médias brasileiras:

1.1. As Cidades Médias Integradas à Rede Urbana

Elas correspondem às regiões onde os impactos da metrópole, e da complexidade da base econômica foram bastante fortes, a ponto de criar um sistema urbano de vários escalões. Elas se localizam, portanto, principalmente nas regiões Sudeste e Sul do Brasil, às quais deveria-se talvez acrescentar algumas zonas litorâneas próximas a Salvador e Recife, a uma escala evidentemente bem menor. Três tipos de cidades médias podem ser distinguidos neste nível da rede urbana:

1.1.1. As Cidades Médias que recebem o impacto direto do atual crescimento industrial das metrópoles

Na fase atual, a localização das indústrias ligadas ao dinamismo das grandes metrópoles, pode se dar em uma zona que pode variar de algumas dezenas a algumas centenas de quilômetros em torno do centro principal. Certas empresas encontram aí vantagens comparativas, que as levam a instalar suas fábricas. No meio deste espaço de desconcentração espontânea da indústria metropolitana, os pontos de impacto podem variar em função das condições físicas e econômicas locais. Dois sub-tipos podem assim ser distinguidos em função de seus respectivos fatores de atração:

a) No primeiro caso, o impacto da desconcentração das atividades metropolitanas se faz sobre uma cidade que já atingiu uma certa escala econômica e de crescimento urbano, importância que pode ter sido decorrência do esvaziamento de uma

região agrícola ou de uma implantação industrial anterior. As funções de uma cidade deste tipo associam, portanto, atividades terciárias e industriais tradicionais, baseadas na existência de uma burguesia urbana e de um capital local, e unidades industriais modernas, de implantação recente, que dependem diretamente da metrópole. A importância relativa, e o ritmo desigual destas duas gerações de atividades econômicas se refletem numa estrutura urbana perturbada, que não consegue responder às exigências deste crescimento econômico. Um exemplo deste tipo constitui o caso de Sorocaba.

b) No segundo caso, as instalações industriais, resultantes da desconcentração metropolitana, são atraídas por uma situação geo-econômica que apresenta vantagens comparativas. As fábricas são instaladas então em algum lugar, que pode não corresponder a um núcleo urbano significativo, estabelecendo-se em uma pequena cidade que até então não desempenhava um papel de maior relevância na organização do espaço.

As funções urbanas derivam diretamente das necessidades destas indústrias, as quais engendram um forte crescimento urbano sem a presença de uma estrutura urbana pré-existente e compatível. São José dos Campos fornece um exemplo deste tipo de cidade média.

1.1.2. As Cidades Turísticas e Estâncias Termais

No quadro das regiões que concentram fortemente o crescimento econômico e a renda, algumas cidades médias especializadas respondem a certos aspectos particulares da capacidade de consumo dos estratos superiores da população. O litoral e as serras abrigam então alguns organismos urbanos que chegam à escala de cidade média, e com problemas específicos dentro da rede urbana regional.

Guarujá, Campos do Jordão e Caxambú ilustram em diferentes graus esta categoria.

1.1.3. Cidades Médias "Complexas"

À falta de uma denominação melhor, designamos como "complexas" algumas cidades médias que associam uma atividade industrial ponderável a um papel de centro prestador de serviços a uma zona agrícola, a qual constitui sua respectiva área de influência, e é, na maior parte das vezes, bastante extensa. No quadro das economias mais diversificadas do Sul e do Sudeste brasileiros, um certo número de cidades médias deste tipo pode ser identificado apesar de sensíveis diferenças entre elas. A complexidade de suas funções atuais foi gerada na maioria das vezes por um crescimento parcialmente autônomo de sua base econômica atual ou passada. Frequentemente estas cidades eram no passado, centros terciários de uma industrialização de pequenas e médias empresas.

As primeiras funções desempenhadas por estas cidades geraram uma acumulação de capital que possibilitou uma certa capacidade de investimento, do qual derivou esta industrialização que ainda hoje conserva uma certa autonomia. Em outros casos, notadamente em zonas que receberam migrantes europeus, a atividade industrial se constituiu no próprio motor do desenvolvimento urbano, ao passo que as atividades terciárias só intervieram posteriormente.

A própria variedade das origens destas cidades médias as situa em planos diferentes. O peso das metrópoles das quais elas dependem leva-as a se inserir de maneira mais ou menos forte num sistema urbano mais ou menos estruturado. Pode-se distinguir três sub-tipos em função destes diferentes graus de inserção:

- as cidades médias complexas fortemente integradas numa rede urbana solidamente hierarquizada; por exemplo Ribeirão Preto;
- as cidades médias complexas parcialmente integradas a um sistema urbano ainda bastante organizado; por exemplo Caxias do Sul,
- as cidades médias que permaneceram à margem de sistemas urbanos cuja estruturação é ainda incerta, por exemplo Blumenau, Joinville ou Juiz de Fora em outro contexto regional.

Faz-se necessário finalmente fazer distinções entre as cidades médias de acordo com a amplitude de suas funções e de suas respectivas áreas de influência por um lado, e segundo o peso relativo das atividades industriais e terciárias que elas comportam, por outro.

Estas duas variáveis permitem constatar diferenças notáveis entre as cidades médias complexas tais como Marília, Bauru ou Ribeirão Preto, por exemplo.

1.2. As Cidades Médias situadas à margem das Redes Urbanas Hierarquizadas

Não se trata evidentemente de identificar centros urbanos perfeitamente autônomos, porque estes não existem no Brasil. Numerosos centros médios do país continuam, entretanto, fora do domínio geo-econômico das redes fortemente estruturadas. Os fluxos econômicos que os une às cidades mais importantes, não constituem, efetivamente, a essência de seu papel na organização da economia, e do espaço que os cercam. Estas cidades médias se distinguem ao mesmo tempo pelo tipo da base econômica, pelas necessidades engendradas por esta base econômica as quais elas preenchem, e pela extensão extremamente variável de suas zonas de influência.

1.2.1. As Cidades Médias que constituem Centros Terciários das Zonas de Agricultura Tradicional

A função básica destes centros está ligada à comercialização e ao escoamento das atividades agro-pastoris da região. Esta função era simbolizada (e ainda hoje é assim) muitas vezes pela feira. A cidade constitui igualmente o centro prestador de serviço de uma zona de influência agrícola onde predominam no mais das vezes, baixos níveis de vida, e atividades tradicionais de artesanato, o que vem, geralmente, completar este quadro pouco dinâmico das funções urbanas.

Embora se encontre com maior freqüência no Nordeste (Caruaru, Feira de Santana), este tipo de cidade média pode também, com algumas variações, ser encontrado em diversas outras zonas nas quais a economia agrícola conservou sua estrutura tradicional.

1.2.2. As Cidades Médias que servem de ponto de apoio às atuais Zonas de Colonização Agrícola

Embora suas funções estejam igualmente baseadas em atividades terciárias ligadas a uma base agrícola, dois fatores levam a distinguir estas cidades das precedentes. A ausência de uma estrutura econômica pré-existente torna extremamente diferente o jogo das diversas forças econômicas e sociais que vieram valorizar um espaço pouco organizado anteriormente: as intervenções que são necessariamente exteriores,

deixam de ser originadas por burguesias comerciais ou fundiárias, como se dera nas regiões de ocupação mais antiga.

Por outro lado, estas cidades podem comportar um dinamismo ligado ao próprio avanço da frente de colonização, poucas vezes igualado pelos centros antigos.

Seria conveniente, entretanto, estabelecer uma distinção entre estes diferentes tipos de cidades, de acordo com a amplitude de suas respectivas zonas de recursos, – que se encontram muitas vezes em nível meramente potencial –, e segundo a natureza e a estrutura das atividades agro-pastoris em vigor no processo de colonização. Assim Cascavel e Toledo não conhecem o mesmo tipo de demanda no Oeste do Paraná, que Santarém e Altamira na Amazônia. Estes dois contextos regionais diferenciados induzem ao aparecimento, entre outras coisas, de organismos urbanos de tamanhos extremamente variáveis, para o caso da Amazônia, por exemplo, os pontos de apoio raramente ultrapassam uma população de algumas dezenas de milhares de habitantes, ainda que exerçam, de fato, papel de cidades de porte médio para uma zona de influência bastante extensa. A distinção deve ser feita de preferência em função do papel que a cidade poderá vir a exercer, ao invés de levar em conta seu peso atual.

1.2.3. As Cidades Médias essencialmente Administrativas

Embora não constitua a função exclusiva do centro urbano, a atividade administrativa representa a essência do papel da cidade na zona de influência, relegando a um segundo plano as demais atividades terciárias. São freqüentemente capitais de estados, cuja base econômica não conseguiu suscitar outras funções fundamentais, subsistindo, portanto, em virtude do terciário público e dos salários que este distribui. Estas cidades se diferenciam pela natureza e pela amplitude das funções anexas que puderam emergir, muitas vezes motivadas pelo próprio crescimento urbano, e que podem, por este ângulo, convertê-las ou em centros terciários de zonas de agricultura tradicional (como no caso de Maceió e Aracaju, por exemplo) ou em mini-metrópoles com funções administrativas predominantes, como é o caso, aliás difícil, de Cuiabá.

1.2.4. As Cidades Médias que canalizam produtos básicos destinados à exportação

Oriundas das necessidades de exportação de produtos agrícolas e minerais, estas cidades, necessariamente portuárias, aparecem ao longo de todo litoral brasileiro e constituem o núcleo inicial de uma grande parte das grandes cidades contemporâneas. Certos centros urbanos, nas zonas que ficaram à margem da industrialização permaneceram quase que exclusivamente ligados a esta função de canalização da produção. Macapá, e até em certa medida Ilhéus, podem ilustrar este tipo particular, e pouco representado, de cidades médias.

É bom lembrar que esta primeira tentativa de caracterização dos diferentes tipos de cidades médias não pretendeu ser exaustiva; deveria ser completada, já que alguns tipos podem ter sido esquecidos, e refinada, posto que algumas cidades apresentam características que as aproximam a diversos sub-tipos. Vitória constitui, por exemplo, um caso ambíguo em relação à classificação apresentada, e precisa, portanto, ser reavaliada. Convém, de qualquer maneira, proceder a uma análise profunda do funcionamento econômico real de cada categoria através do estudo das funções e dos fluxos, para que se possa detectar os setores de intervenção possível e os meios de ação apropriados.

3. Critérios para a escolha das Cidades Médias

Embora os critérios tenham variado, no âmbito nacional, inicialmente, para a escolha das cidades médias do Estado de São Paulo foram adotados os seguintes critérios:

3.1. Classificação das Cidades segundo critérios de caráter demográfico

Esta classificação, para subsidiar a escolha das cidades médias, teve como objetivo detectar os núcleos urbanos que apresentavam maior dinamismo populacional na década de 1960/70, tendo em vista que o comportamento demográfico está estreitamente vinculado à situação sócio-econômica e portanto, representava um indicador desta situação.

Para se efetuar este tipo de classificação, foram utilizadas as seguintes informações:

- população presente nos núcleos urbanos sedes de municípios.
fonte: Censos Demográficos de 1960 e 1970 – IBGE
- população presente não natural do município – Censo Demográfico de 1970 – IBGE.
- população presente não natural do município por tempo de residência. Censo Demográfico de 1970 – IBGE.

3.1.1. Evolução da participação percentual da população dos núcleos urbanos, na população total do Estado no período 1960/70.

Para medir esta evolução calculou-se, primeiramente, a participação dos núcleos urbanos nos anos de 1960 e 1970. Em seguida, calculou-se a diferença entre a participação nestes dois anos. A partir da observação deste fato no quadro municipal do Estado, considerou-se como evoluções representativas as superiores a 0,30%.

3.1.2. Força de atração populacional no período de 1960/70

Para a mensuração da força de atração populacional, tabulou-se, primeiramente, o número total de migrantes em cada município e o número de migrantes residentes entrados no período de 1960/70. Em seguida calculou-se a participação percentual dos elementos entrados neste período no total da população migrante. Foram considerados Municípios de forte poder atrativo, os que receberam mais de 50% de sua população migrante no período em questão.

A partir destes critérios, determinou-se as seguintes classes:

- Cidades cuja evolução na participação percentual no total populacional do Estado foi superior a 0,30% no período de 1960/70 e que eram sedes de municípios que receberam mais de 50% de sua população migrante neste mesmo período.
- Cidades cuja evolução na participação percentual no total populacional do Estado foi superior a 0,30% no período de 1960/70.
- Cidades sedes dos municípios cuja participação percentual no total populacional do Estado foi inferior a 0,30% e cujos municípios receberam na década 1960/70 menos de 50% da população migrante.

3.2. Classificação das cidades, segundo o consumo energético e comunicações (chamadas telefônicas)

3.2.1. Objetivo:

Pela importância que as variáveis “consumo de energia elétrica” e “comunicações” representam em qualquer sistema urbano, julgou-se necessário estudá-lo com o objetivo de subsidiar a escolha das cidades médias. Dessa forma, a partir dos dados existentes, fez-se um estudo onde as variáveis “consumo de energia residencial e chamadas telefônicas” foram correlacionadas com a população dos municípios cuja população urbana apresentava-se acima de 25.000 habitantes.

Tal correlação pretendeu demonstrar o quanto tais variáveis explicam a população e a partir disto conseguir uma listagem daqueles municípios cuja importância seria devida concomitantemente ao consumo de energia residencial e às chamadas telefônicas. **Restrições:** A escolha da variável “consumo de energia residencial” deveu-se à preocupação de minimizar ao máximo a margem de erro da estimação ou seja, evitar as distorções que poderiam ocorrer ao se trabalhar com o consumo de energia total (CT) ou com o consumo de energia industrial (CI), uma vez que a magnitude do primeiro (CT) nem sempre é significativa por ser explicada, algumas vezes, quase que exclusivamente pelo CI (indicando a presença de uma grande indústria) enquanto que no segundo caso, ao se inferir o desenvolvimento do município a partir do CI, desconsidera-se que sua importância possa não estar ligada à atividade industrial mas à atividade agropecuária ou mesmo à agricultura, incorrendo-se, desse modo, em conclusões errôneas acerca dos resultados apresentados. Dessa forma, optou-se pelo consumo residencial o qual poderia em certa medida demonstrar o nível de vida dos habitantes, seu poder aquisitivo, ou maior ou menor desenvolvimento do município.

Contudo, também neste caso, algumas distorções poderiam ocorrer uma vez que as cidades que servem ao turismo expressariam um consumo residencial incoerente com sua população residente. Tais municípios, portanto, foram estudados com maior cuidado considerando-se tal fato (p. ex. Guarujá, Santos, São Vicente).

Quanto à variável comunicação, trabalhou-se apenas com telefonia, uma vez que o único dado disponível referia-se ao fluxo de chamadas telefônicas interurbanas.

Um outro problema que se colocou foi que a amostra de chamadas telefônicas correspondia a um período de férias o que poderia distorcer um pouco a realidade.

Por outro lado, foram também consideradas algumas restrições devidas à falta de informações de ordem estatística referentes a um mesmo ano para as variáveis estudadas, isto é, obtiveram-se dados de população e consumo de energia relativos a 1970, mas utilizou-se informações de 1972 para as chamadas telefônicas.

3.2.2. Resultados:

Admitindo-se a população como representativa do tamanho da cidade e observando-se que “consumo de energia elétrica” e “chamadas telefônicas” são expressões desse comportamento, pretendeu-se através da Análise de Regressão, apresentar uma hierarquização das cidades.

Com base no critério populacional antes descrito constituiu-se uma amostra de 51 municípios e os resultados obtidos referem-se à seguinte função de regressão múltipla:

$$Y_i = 25\,077 + 1,763 \, x_1 + 1,063 \, x_2$$

$$(0,313) \quad (0,295)$$

 R^2

.12 – 9,939

Onde:

 X_1 = consumo de energia elétrica X_2 = chamadas telefônicas

1

 Y_i = população estimada

As estimativas dos coeficientes são significantes ao nível de 1% como podem ser observados pelas magnitudes dos respectivos desvios padrões e o poder explicativo da função é bastante elevado, constatado pelo coeficiente de determinação da relação estimada.

Esses resultados vêm ratificar que a utilização da variável populacional como critério para escolha de cidades médias constitui-se em parâmetro de alta importância visto representar, no caso presente, a significância do “consumo de energia elétrica” e “chamadas telefônicas” como indicadores de tamanho das cidades.

3.3. Critério de classificação das cidades médias segundo o número de relacionamento ou vínculos que mantêm com outros centros urbanos, no que tange aos fluxos agrícolas e distribuição de bens e serviços à economia e à população.

A linha metodológica do trabalho no qual se baseia o presente critério, partiu da concepção de que a cidade não é apenas uma forma, mas uma estrutura. Esta estrutura é dada pela existência de uma economia básica urbana, capaz de estabelecer laços econômicos entre as cidades e suas regiões.

Se a economia urbana básica estrutura a cidade, os fluxos e relacionamentos têm importância fundamental na organização da região funcional urbana. Parte-se assim, na elaboração deste modelo, da hipótese de que pontos (cidades) e linhas (fluxos) têm capacidade de organizar uma estruturação específica do espaço.

Os vínculos e relacionamentos urbanos ampliam-se em termos de intensidade e frequência na proporção das distâncias, da divisão de funções e da distribuição da renda.

Os indicadores utilizados para exprimir os relacionamentos urbanos foram obtidos:

a) através da rede viária e dos movimentos de massa (fluxo de passageiros), pois que a vida de relação se faz por linhas materiais (estradas).

b) Através de pesquisa direta, a qual procurou estabelecer o sistema de relações entre os diversos núcleos urbanos, fazendo o levantamento dos locais que promovem a distribuição de bens e serviços à economia e à população dentro de uma área mais ou menos vasta, por sua rede de estabelecimentos de comércio varejista e atacadista e seus serviços de saúde, educação, bancos, etc.

A pesquisa usou como indicadores os relacionamentos mantidos pelos centros urbanos entre si. Para se proceder ao somatório das ligações organizou-se uma matriz de dados, segundo sugestões do Prof. J. Cole da Universidade de Nottingham (Inglaterra) que orientou e participou da pesquisa no DEGEIO em 1969.

Cada município foi representado por uma matriz contendo nas linhas os nomes dos centros com os quais se relaciona e nas colunas o tipo de ligação. Para esse fim a matriz foi dividida no sentido das colunas em três partes: a primeira continha os fluxos agrícolas, a Segunda agrupava os vínculos relativos à distribuição de bens e serviços para a economia e a terceira, reunia os relacionamentos de prestação de serviços e distribuição de bens para a população.

Em cada matriz de município, portanto, estavam anotados os centros com os quais esse município mantinha relações, em cada um dos três setores indicados. Os diversos centros somavam então, na matriz, um geral de pontos, de acordo com os vínculos mantidos nesses três setores, cada um com um sub-total.

No primeiro setor relativo aos fluxos agrícolas, cada produto agrícola foi discriminado separadamente, segundo o centro com o qual era comercializado.

No segundo setor – serviços à economia – foram anotados a compra de máquinas agrícolas, arame farpado, sacaria, fertilizantes e sementes; estabelecimentos de filiais, abastecimento do comércio atacadista e serviços bancários. O terceiro setor – serviços à população compreenderam o varejo comum, o varejo fino, o atendimento médico, serviço hospitalar e ensino médio.

A classificação final dos centros se fez de acordo com sua própria matriz de relacionamentos e com a posição obtida nas matrizes de outros centros. Emergiram então, quatro níveis de relacionamentos: Nível 1 (1a grande metrópole nacional; 1b – Metrópole nacional; 1c – Centros metropolitanos regionais; 1d – Centro macrorregionais); Nível 2 – Centros regionais (Centros 2a; Centros 2b); Nível 3 – Centros sub-regionais, (Centros 3a; Centros 3b); Nível 4 – Centros locais (Centros 4a; Centros 4b).

3.4. Critério de classificação das cidades médias segundo o valor da produção industrial

A partir do critério em questão, analisou-se e classificou-se a pauta e o valor da produção industrial dos centros urbanos.

Na posse dos resultados obtidos elaborou-se um histograma que possibilitou a determinação de classes hierárquicas. Assim, foi possível a visualização do grau de importância dos centros urbanos de médio porte, no contexto do Estado de São Paulo, no que concernia ao setor secundário, visto sob o prisma da variável acima ressaltada.

A inserção deste critério é justificado pelo inegável relevo assumido pela atividade industrial no Estado além do papel a ser desempenhado pelas cidades médias no processo de desconcentração e descentralização das indústrias no espaço paulista em consonância com as estratégias territoriais preconizadas pela Política Estadual do Desenvolvimento Urbano.

3.5. Critério de classificação das cidades médias – saneamento básico: população urbana efetivamente atendida pelos serviços de água e esgotos

Conforme estudos levados a efeito pelo PLANASA, adotou-se para a escolha das cidades médias, o critério segundo o qual os centros considerados como bem atendidos no que concerne ao Saneamento Básico seriam aqueles que apresentassem 70% ou mais da população urbana atendida pelos serviços de abastecimento de água e 50% ou mais da referida, servida pelos esgotos sanitários.

Vale ressaltar, no caso específico do Estado de São Paulo, que algumas cidades, embora não apresentando os requisitos exigidos, integraram a lista dos centros urbanos selecionados em virtude da grande expressão de outros critérios adotados ou em face da natureza dos programas previstos para os mesmos, em função das áreas estratégicas onde se encontravam e sugeridas pela PDUR.

Os municípios do Estado de São Paulo foram portanto, divididos em cinco classes, no que concerne à porcentagem da população atendida pelos serviços de abastecimento de água e esgotos sanitários.

As cinco classes foram as seguintes:

0,0	a	20%
20,1	a	40%
40,1	a	60%
60,1	a	80%
80,1	a	100%

3.6. Critério concernente à acessibilidade

De acordo com este critério estudou-se cuidadosamente a localização das cidades em face da rede rodo-ferroviária estadual.

Na abordagem levada a efeito considerou-se a natureza da rodovia que dava acesso à cidade: auto-estrada, rodovia pavimentada, rodovia em pavimentação, rodovia não pavimentada e rodovia em construção.

Idêntica análise foi desenvolvida para o caso específico da ferrovia: bitola, simples, bitola mista, linhas em execução e linhas em estudos.

Observou-se, para o caso do Estado de São Paulo, que os centros de médio porte eram bem servidos pelas duas modalidades salientadas, embora a rodovia prevalecesse sobre a ferrovia, colocando as cidades de maior expressão em contato mais amplo com os centros hierarquicamente inferiores da sua esfera de influência.

3.7. Lazer e preservação

Os aspectos relativos ao lazer das comunidades e a preservação da natureza foram inseridos na escolha das cidades médias não propriamente como um critério nos moldes dos anteriormente arrolados. Em face das estratégias preconizadas pelos Planos Estaduais de Governo, nos quais o lazer, a preservação do meio ambiente constituíam objetivos de grande magnitude, sobretudo no Estado de São Paulo, onde os citados aspectos ainda eram descurados, a preocupação em considerá-los na seleção das cidades médias tornou-se justificável pelos motivos seguintes: os aludidos centro eram os pólos nevrálgicos que concernia à localização das atividades econômicas e sociais, objetivando a melhor organização do sistema urbano paulista, o qual consoante as etapas do seu desenvolvimento e o aproveitamento de seus recursos, pressupunha uma orientação adequada das correntes migratórias da população estadual e extra-estadual.

Desta forma, como as cidades médias eram pólos eleitos preferencialmente para a retenção, na medida do possível, das correntes migratórias que afluíam à zona metropolitana, lícito seria que a preocupação com os aspectos que viabilizassem a melhoria da qualidade de vida estivesse presente, uma vez que tais centros teriam seus contingentes populacionais aumentados.

Portanto, áreas verdes, de lazer e recreação, no âmbito das cidades em apreço, ou nas cercanias das mesmas viriam a contribuir para a salvaguarda da qualidade de vida das populações nelas residentes. De fato, "a sensação de conforto implica certa disponibilidade de espaço". O grau de conforto será dado pela satisfação de necessidade em áreas livres, áreas verdes e dimensões mínimas de logradouros".

3.8. Outros critérios de classificação e escolha das cidades de médio porte

1. No que tangia à dinâmica econômica:
 - Renda
 - ICM
 - Estrutura da população economicamente ativa local e a capacidade de absorção de mão-de-obra.
2. No que concernia ao comportamento regional:
 - Posição espacial relativa a centros mais dinâmicos

4. O Redimensionamento dos Critérios Adotados para a Seleção de Cidades Médias

Em face da experiência adquirida nos primeiros estudos bem como no que concerniu à implantação do Programa, foram revistos os critérios adotados, discernindo-se, na ocasião, os critérios espaciais e os critérios intra-urbanos.

Critérios espaciais

- Relevância regional

A relevância regional foi entendida como um critério comparativo, pelo qual uma cidade se destacava face ao conjunto das cidades da Região, do Estado ou da Microrregião.

Por esse critério, uma cidade de porte médio em determinada região poderia ser meramente um centro de pequeno porte em outra. O critério tendia, portanto, a relativizar a questão da dimensão, diminuindo a importância da classificação dos centros em grandes, médios e pequenos. Isso permitiria o ingresso, no programa, de centros sem a menor possibilidade de desempenhar o papel de pólo de desenvolvimento.

- Localização em relação aos eixos principais

O conceito de eixo principal é muito vago. Verificou-se assim que os eixos eram definidos em função de condicionantes geográficos, do sistema de transportes etc.

- Existência de programas especiais na área

Este critério era da maior importância. Contudo, revelava-se aí a separação entre a política econômica governamental e a chamada política urbana, que era pouco mais do que um plano parcial de ação de um determinado ministério. De fato, ao decidir implantar em determinada localidade um "projeto especial", isto é, um grande investimento de uma das empresas estatais, que, freqüentemente, era maior que todo o

PCCPM, não ocorria ao governo, às estatais ou à Secretaria de Planejamento perguntarem-se se essa decisão locacional estava de acordo com a PNDU. A localização seria decidida segundo os critérios técnicos e econômicos usuais na localização industrial, afetados por alguns condicionantes políticos. Ora, a localização de uma unidade industrial importante tinha um poder de "indução" muito grande em relação a uma série de outras atividades econômicas. Por consequência, afetaria decisivamente a localização do emprego, e, portanto, a localização da população. Era a PNDU que deveria constatar onde estas aglomerações se verificavam, sem que tivesse poder para redirecionar as correntes migratórias, como era seu objetivo. Esta é, sem dúvida, a maior contradição interna à PNDU e ao PNCCPM.

- Distância de outras aglomerações ou centros

Basta considerar os casos São José dos Campos-Jacareí para se verificar a importância desse critério. De fato, não seria possível incluir uma dessas cidades deixando a outra fora do programa. Por outro lado, certas cidades seriam incluídas por estarem mais ou menos isoladas dentro de um espaço muito grande e distante de outros centros de porte, como por exemplo Registro.

- Posição estratégica

A expressão "estratégica" se refere aqui a aspectos econômicos e físicos, tais como a proximidade a recursos econômicos importantes ou a nós do sistema de transporte regional.

Critérios intra-urbanos

- Dimensões demográficas

Os próprios nomes das classes definidas pelo programa – grande, média e pequena – implicava uma consideração relativa ao tamanho das áreas consideradas. Ao final, esse critério revelou-se muito elástico.

- Desempenho recente

Aqui o critério se refere ao dinamismo econômico do centro considerado.

- Grande proporção de migrantes recentes
- Estrutura da PEA (população economicamente ativa)

O critério se referia à percentagem da PEA ligada ao setor secundário.

- Pobreza urbana

Aparentemente, mas sem possibilidade de confirmação, a intenção aqui era considerar como critério para ingresso no programa a necessidade de investimentos em função de um desequilíbrio muito grande na distribuição de renda. Pode-se compreender melhor esse critério se considerar que, na época, havia uma expectativa muito grande quanto aos investimentos que o programa traria para as cidades nele incluídas.

- Evolução urbana recente

Em geral, esse critério foi entendido como relativo à taxa de crescimento da população urbana do centro considerado.

A aplicação desses critérios à rede urbana brasileira se mostraria bastante complexa. Em primeiro lugar, porque o processo de transformação por que passava a economia afetava seriamente a estrutura do emprego em todo o país, principalmente no Nordeste e Norte. E depois porque a pobreza da classe trabalhadora era muito grande. No Nordeste, 4,6 milhões de trabalhadores tinham renda inferior a um salário-mínimo, e, desses, 2,6 milhões tinham renda inferior a meio salário-mínimo (que, dessa forma, ironicamente, deixava de ser mínimo). Isso representava mais de 80% da força de trabalho nordestina. Essa situação transformava-se em poderoso estímulo à emigração que dificilmente seria contrabalançada, ou sequer minimamente afetada pelos investimentos do programa. Os investimentos do programa não visavam a geração de empregos e a elevação da renda, mas a melhoria da qualidade de vida, por meio do desenvolvimento do equipamento de consumo coletivo.

5. O Debate Teórico Positivista sobre o Espaço Urbano, na década de setenta

A expansão da região metropolitana, significa o desenvolvimento de cidades médias localizadas a certa distância da metrópole e que podem ser alcançadas num determinado espaço de tempo.

Cada espaço ou cidade se definirá, segundo as relações que estabelecer como repercussão da metropolização. O esquema geral mostra que, no início da difusão de uma inovação, os adotantes concentram-se nos grandes centros urbanos. Na fase final, os adotantes potenciais naqueles centros já tiveram a oportunidade de se decidirem pela inovação e é, portanto, nas pequenas cidades, onde ela chega ao fim, com um acréscimo de adotantes. A fase intermediária pertence às cidades médias. Por outro lado, em determinadas situações de economia dual, as inovações podem acentuar a primazia do principal centro urbano, sem irradiação para o interior. No entanto, se considerada uma sucessão de inovações, à semelhança de ciclos, como por exemplo, o processo de industrialização, ver-se-ia que a acentuação de primazia corresponderia à fase inicial; na fase final, a industrialização alcançaria as pequenas cidades, enquanto na fase intermediária seriam afetadas as cidades médias, tendendo ao modelo urbano de "ordenação por tamanho".

Atentando à essa perspectiva, não foi pois sem razão, que a política de desenvolvimento urbano, definida no II PND, enfatizou a necessidade de se explicitar o significado dos centros urbanos de médio-porte no âmbito da estratégia de desenvolvimento urbano.

O conceito que caracteriza a cidade média é relativo em dois planos: em relação às ligações que a cidade estabelece no sistema mundial e que se traduzem nas suas atividades e aspectos qualitativos de sua população e quanto à dimensão geral do sistema nacional em que se encontra. Na medida em que cresce a população do País, suas metrópoles e o sistema urbano em geral se alteram, inclusive como não poderia deixar de ser, seus escalões intermediários de cidades. A consequência daquele crescimento será a multiplicação de níveis intermediários. Assim, definir-se-ão cidades médias as quais alcançando determinadas economias de escala, estabelecerão vínculos mais estreitos com o setor urbano industrial, distinguindo-se daqueles que permanecerão fundamentalmente como lugares-centrais de regiões agrícolas.

A posição geográfica das cidades médias em relação às metrópoles tem grande significação para os fenômenos de desconcentração a partir da metrópole. Tal

desconcentração pode não se traduzir em dispersão propriamente, mas na formação de concentrações secundárias cujo número decresce a partir do núcleo principal. O exame da diferença entre os benefícios e os custos sociais-totais e marginais da implantação de unidades produtivas e seu confronto com a metrópole indicarão o sentido econômico destas cidades médias. (TOLOSA, 1973, p.585).

Na perspectiva da integração do espaço nacional, as ligações das cidades médias com a metropolização, foram vistas da seguinte maneira pelos estudiosos da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana.

- Sendo o setor secundário menos confinado a determinados espaços, não se apresentando como as atividades primárias dependentes de recursos naturais ou como as atividades terciárias que exigem um mínimo de economias de escala (JACOBSON e PRAKACH, 1971, p.15), a implantação de indústrias vinha sendo indicada como forma de dinamização de cidades-médias e de evolução de uma estrutura urbana de tipo "ordenação-tamanho" (BERRY, 1971, p.116). Estas são portanto, as bases do sucesso e vulgarização da teoria de pólos de crescimento nos países em desenvolvimento. Todavia, por outro lado, o estabelecimento do setor quaternário está envolvido não só com os princípios da centralidade mas também com os da localização industrial. Tais atividades quaternárias situam-se e desenvolvem-se próximas às metrópoles. A guisa de exemplo, pode-se citar São José dos Campos cuja extraordinária expansão resulta de uma associação de atividades quaternárias e industriais.
- Quanto à ligação das cidades médias com a metrópole, o interesse concentra-se em verificar a participação das cidades médias no atendimento à demanda nacional, isto é, na sua capacidade de desenvolver atividades exportadoras.

Esta abordagem envolve também o estudo das metrópoles nacionais. No Brasil, várias cidades iniciaram seu desenvolvimento como "centros extra-regionais" servindo à exportação de produtos agrícolas e posteriormente perderam posição com o deslocamento da fronteira agrícola (STOHR, 1974, p.5). Portanto, estas cidades-médias correspondem a centros de dois tipos:

- centros de crescimento de caráter induzido, que atendem à necessidade da economia nacional, nos quais se desenvolveram ainda mecanismos de desenvolvimento regional. As atividades de exportação não deixam maior soma de recursos à população.
- centros de "desenvolvimento", na medida que estabelecem maiores relações entre seus setores de atividades nacionais e de atividades voltadas para as demandas regionais e locais.

Na condição de lugares centrais médios (ou pequenos) de regiões agrícolas, prevalece a importância da densidade de fluxos para definir hierarquias das cidades e o padrão de distribuição espacial dos centros, segue o modelo hexagonal da centralidade. Todavia, na medida em que as cidades médias (ou pequenas) passam a constituir um anel externo à região metropolitana, um eixo de desenvolvimento, ou uma região urbana como consequência do processo da industrialização, vem a prevalecer a importância do capital acumulado (STOCH, 1974, p. 14-15). Assim sendo, nestes padrões de organização espacial, as hierarquias definidas pela centralidade tendem a desaparecer, da mesma forma que a geometria hexagonal. Alcançando dimensões absolutas maiores, as cidades do escalão intermediário passam a formar corpos de organização mais complexos em sua evolução para se tornarem metrópoles regionais.

5.1. A estruturação dos espaços nacional e regional: a importância dos centros de médio porte

A importância dos centros de médio porte, de conformidade com os estudiosos da CNPU, decorre muito mais da decisão política de adotar conscientemente estratégias de descentralização e de promover a maior racionalidade no crescimento das regiões metropolitanas, considerada a elevação indesejável de custos sociais decorrentes de uma ocupação espacial não planejada. (ANDRADE, s/d, p.8).

Desta forma, os centros urbanos de porte médio adquirem importância, sobretudo quando utilizados visando à atenuação de desigualdades regionais e na hierarquia de tamanhos. Assim, o seu fortalecimento enquadra-se no âmbito de uma estratégia redistributiva, na qual se procura estabelecer um compromisso com a eficiência econômica, na medida em que é evitada a dispersão de recursos pela seleção de centros com potencial industrial. Neste sentido, a criação de centros de crescimento (pólos ou complexos industriais com repercussão urbanas) ou revigoramento de lugares centrais constituem-se em elementos importantes na reorientação das tendências de estruturação dos espaços nacional e regional. (BARAT, 1974, p.50).

O apoio aos centros urbanos de porte média no âmbito das regiões metropolitanas ou nos seus anéis de influência próxima representa também um objetivo de eficiência, na medida em que são eliminados empecilhos à elaboração da eficiência econômica, qual seja diminuir as deseconomias de aglomeração porventura existentes nos núcleos metropolitanos, bem como a excessiva dependência das periferias pobres a estes núcleos em termos de empregos e serviços.

É a utilização consciente destas funções dos centros urbanos de porte médio que se deve buscar através de um planejamento a nível macroespacial.

Sabe-se que o desenvolvimento econômico acelerado, no Brasil, implicou em modificações estruturais que fortaleceram o setor industrial com profundas repercussões espaciais, tanto na organização interna das cidades como nas distribuições espacial e de tamanho, considerado o sistema de cidades como um todo.

Observa-se que, ao longo das últimas décadas de seu desenvolvimento, o Brasil teve a distribuição de tamanhos urbanos mais próxima do tipo ranksize. Ao que parece, a primazia aumenta com os estágios iniciais de industrialização para declinar após, obedecendo a distribuição urbana, processo análogo ao da relação centro-periferia ou da dispersão da renda regional em função do desenvolvimento urbano. (WILLIAMSON, 1956, p.34).

Além disso, admite-se que a distribuição ranksize esteja associada a sistemas urbanos integrados e economias industriais complexas, o que explica as preocupações com o equilíbrio e a estruturação do sistema de cidades em países como o Brasil, que alcançam estágios mais avançados de industrialização.

O que vale salientar, no caso brasileiro, é que a evolução na distribuição de tamanhos evidencia a crescente relevância adquirida pelos centros urbanos de médio porte.

Na perspectiva da distribuição espacial verifica-se que o dinamismo dos centros urbanos de médio porte está ligado ao dinamismo de algumas metrópoles através de processos de desconcentração industrial em direção a municípios periféricos. Na verdade, não só os processos de difusão de inovações tecnológicas e de organização industrial, no Brasil, atravessam o sistema urbano regional caminhando a partir das

metrópoles no sentido dos centros de porte médio, como aqueles situados na sua proximidade apresentam extensões das vantagens locais das próprias metrópoles. (BARAT, 1973, p.665-666).

Por outro lado, é inegável que pela intensificação de contatos e relações entre as metrópoles e as suas periferias imediatas e remotas, houve uma difusão mais ampla do processo formação de centros urbanos de porte-médio, e, conseqüentemente, uma estruturação mais abrangente dos aparelhos metropolitanos. Com isso ocorreu a maior dispersão espacial daqueles centros nas últimas décadas.

Portanto, o processo de urbanização recente foi marcado por três características fundamentais:

- o fortalecimento do grau de solidariedade entre as metrópoles na medida em que se consolida um mercado efetivamente nacional;
- a estruturação dos aparelhos metropolitanos segundo graus de maior solidariedade de seus anéis com os respectivos núcleos, embora o estágio evolutivo e a integração econômica e espacial sejam diversos;
- o surgimento e a consolidação de subsistemas regionais ligados ou dominados pelas metrópoles regionais. (BARAT, 1977, p.470)

Os estudos da CNPU constataram além disso, que os centros urbanos de médio porte contribuíram:

- para maior eficiência do sistema industrial na medida em que se organizaram espacialmente de forma a descentralizar os núcleos metropolitanos sem perda das suas vantagens de aglomerações;
- para a promoção de maior equidade inter-regional na medida em que propiciaram uma distribuição de metrópoles regionais, inclusive pelo fortalecimento de lugares centrais (ou de lugares centrais transformados em centros industriais).

O desempenho apresentado por esta classe de tamanho urbano mostrou, nas duas últimas décadas, elevadas taxas de crescimento associadas a uma grande capacidade de absorção de mão-de-obra, além de elevados níveis de produtividade. Sua importância estratégica na hierarquia de tamanhos, permite assim, que funcione simultaneamente como fator de ocupação mais racional do território e de difusão do desenvolvimento.

Os centros urbanos de porte-médio apresentam basicamente as seguintes funções, de acordo com a visão da CNPU:

- lugares centrais comercializadores e supridores de serviços para áreas rurais e centros urbanos de hierarquia inferior, apresentando base terciária relativamente complexa e diversificada;
- centros industriais com diversificação de estrutura industrial para atendimento de sua região de influência (especialmente bens de consumo) ou especialização para atendimento de mercado macrorregional ou nacional;
- pólos ou complexos industriais implantados por decisões governamentais.

Por outro lado, é comum, a transformação de lugares centrais em centros industriais a partir de processos de desconcentração industrial como resultado de alterações nos padrões de localização.

Os padrões locais de atividades integram, na verdade, com tamanho e a função de centros urbanos. Nos países em desenvolvimento, como o Brasil, as metrópoles e os grandes centros exercem via de regra, maior atração sobre os investimentos industriais privados. Além disso, nas grandes metrópoles, mesmo que se admita uma perda

da eficiência industrial, a atração das oportunidades de emprego nos serviços é tão forte que os migrantes a ela se destinam predominantemente. (RICHARDSON, 1976, p.27).

Desta forma, as regiões metropolitanas, apesar da especialização de seus núcleos, segundo os padrões das metrópoles desenvolvidas, apresentam igualmente um expressivo setor informal de serviços, que realça as características dualísticas de sua expansão, assim como o seu poder de atração. (RICHARDSON, 1976, p.27).

Portanto, a classe intermediária da hierarquia constitui um intervalo de variação do tamanho urbano muito favorável à eficiência industrial. É aliás, o que apresenta melhores possibilidades de tirar partido da crescente divisão do trabalho e das especializações que se processam no âmbito do sistema de cidades, tendo em vista, o alcance de estágios mais complexos do processo de industrialização. Isto permite definir uma estratégia redistributivista com considerável margem de segurança, em face dos riscos de perda da eficiência do setor industrial, facultando, pois, o estabelecimento de uma política de desenvolvimento regional/urbano, com bases sólidas de compromisso entre objetivos de equidade e de eficiência. (BARAT, 1978, p.120).

5.2. Análise de um programa de apoio ao desenvolvimento regional: o Programa das Cidades Médias

De acordo com as diretrizes da política nacional de desenvolvimento fixadas no II PND, e com os objetivos específicos da PDUR para o Estado de São Paulo, elaborou-se o Programa das Cidades Médias.

Do ponto de vista técnico o Programa tinha seu fundamento na teoria de pólos de crescimento regionais, e no plano institucional, sua aplicação estava baseada num convênio assinado entre as esferas federal e estadual, e um contrato de financiamento de projetos, com as Prefeituras Municipais.

Dessa forma, o Programa visava o estabelecimento de pólos regionais cujo desenvolvimento favoreceria a desconcentração econômica e populacional. Isto seria conseguido através do financiamento de equipamentos e obras de infra-estrutura urbana que viessem a suprir os municípios integrantes do Programa, das condições necessárias ao seu desenvolvimento como pólos de crescimento.

5.2.1. Confronto entre os aspectos teóricos e práticos do Programa das Cidades Médias

Do ponto de vista teórico a PDUR baseava-se numa política nacional de crescimento. Estes pólos poderiam ser tanto naturais quanto planejados, ou seja, poderiam ser fruto tanto da atuação do mercado, quanto de uma política sistemática do governo, no intuito de atingir um desenvolvimento regional.

Os estudos do processo de estruturação do espaço e as conseqüentes implicações para a hierarquia urbana e para o desenvolvimento regional, tiveram como ponto de partida o conceito abstrato de "pólo de crescimento" (FURTADO, 1979, p.51). O avanço que ele representou para a compreensão da problemática do desenvolvimento regional foi o de permitir a interpretação das relações econômicas além de uma visão meramente descritiva, com suas generalizações indutivas, ou das abstrações da teoria clássica da localização, voltadas para a localização das unidades produtivas no espaço geoeconômico.

A teoria dos pólos, abrangendo a análise de complexos industriais e atentando para o fenômeno do crescimento econômico, facultou uma abertura analítica quanto às preocupações da teoria clássica com interesse na firma.

Não resta dúvida, todavia, que a teoria dos pólos, de certa forma manteve-se atrelada àquela teoria, na medida em que se preocupou mais com as localizações pontuais do que com os sistemas regionais ou espaciais e as relações entre estes dois níveis de análise. (WROBEL, 1974, p.16).

O pólo de crescimento está associado à noção de espaço econômico abstrato. Assim, as implicações geográficas decorrem da aglomeração de atividades industriais, uma vez que o conceito de pólo fundamenta-se na idéia de concentração industrial em torno de grandes unidades motrizes. A atividade motriz repercute sobre um conjunto de indústrias no sentido de gerar uma hierarquia de relações econômicas e caracterizar interdependências em diferentes campos.

Vale ressaltar que apesar da preocupação na ênfase dada ao caráter regional do espaço econômico, estendendo o conceito de pólo de crescimento ao espaço ou região, o conteúdo do mesmo, acentuadamente setorial, persistiu ao se definirem as indústrias motrizes como elementos constitutivos de um pólo e os seus fluxos de insumo-produto e compra-venda com as indústrias induzidas, como relações básicas entre elementos interdependentes e hierarquizados. (FRIEDMAN, 1963, p.49).

As indústrias motrizes caracterizam-se por taxas de crescimento mais elevadas do que aquelas relativas ao setor industrial ou para a economia como um todo, pela forte interdependência técnica com outras diferentes indústrias formando um complexo industrial – bem como pela indução do crescimento de indústrias através da geração de efeitos irreversíveis e assimétricos quanto à estrutura industrial.

As transformações estruturais no setor industrial seriam, portanto, conseqüentes de um fenômeno inicial de surgimento e desaparecimento de indústrias e de difusão do crescimento de uma indústria através de taxas diferenciadas de expansão. Assim sendo, o pólo de crescimento está estreitamente atrelado ao conceito de dominância, na medida em que procura identificar relações interindustriais, processos de formações de economias externas e propagação de inovações entre unidades produtivas heterogêneas e hierarquizadas. (WINGO, 1969, p.121)

Portanto, num sistema de dominância onde as indústrias motrizes se beneficiam de condições monopolísticas ou oligopolísticas de mercado, os efeitos entre unidades de produção são propagados através de ligações entre insumos e produtos, o que associa a conceituação tradicional de economias externas à noção de ganhos pecuniários.

As aglomerações de indústrias fazem-se a partir de um processo cumulativo de indução de níveis mais elevados de produção num conjunto de indústrias originado pelas expectativas, preços e fluxos das novas indústrias. (SANTOS, 1975, p.61).

A aglomeração de atividades, no âmbito do conceito de pólo, deve ser vista como conseqüência de efeitos desequilibrantes que resultam das relações interindustriais, as quais caracterizam-se por dominância, hierarquização e heterogeneidade. Assim, a indústria motriz influencia outras indústrias através de um complexo de efeitos, tanto sobre a estrutura de produção, quanto sobre a demanda.

Cumprе salientar que a análise de pólos restrita ao exame de relações interindustriais retirou do conceito seu caráter temporal e dinâmico.

Houve, sem dúvida, uma tendência de dar ao conceito original de pólo uma abertura, no sentido de analisar as implicações espaciais do desenvolvimento, abertura esta que se define pela inclusão do enfoque sobre a população, e não unicamente aquele restrito às firmas. (FRIEDMAN, 1963, p.72). Todavia, o seu alcance foi restringido pelo

compromisso inicial da teoria do pólo; a limitação ao exame das possibilidades da expansão industrial, através da utilização de insumos, ou seja, de complementariedades interindustriais. Outra questão a ponderar, é que apesar do interesse em relacionar pólos e centros urbanos, aqueles não se traduzem forçosamente nos últimos tanto que não são consideradas as economias de urbanização. (PERLOFF, 1961, p.34).

Portanto, em face de tais restrições a definição das bases teóricas das políticas urbanas nacionais integrou uma série de conceitos e teorias.

Em primeiro lugar, cumpre salientar o conceito das ligações industriais com o das ligações geográficas, que repercutem sobre a regionalização. Neste sentido, torna-se necessário distinguir agregações de indústrias que possuem maiores ligações, em termos de insumo-produto, das que simultaneamente, formam agregações geográficas, concentrando-se em áreas relativamente pequenas. Estas áreas ao localizarem atividades motrizes que lhes conferem expansão maior quanto a uma série de variáveis, constituem-se em "centro de crescimento". (FRIEDMAN, 1963, p.35).

O caráter geográfico destes "centros de crescimento" vai se definir segundo a orientação que suas atividades terão face ao mercado nacional, ou mesmo internacional e, também, face às necessidades locais ou regionais. Está claro que quanto maior a capacidade de uma área geográfica em participar no atendimento à demanda nacional e de concentrar simultaneamente atividades de caráter regional, mantendo estes setores "ligações" entre si, maior a solidariedade que se cria para um vigoroso processo de crescimento. Esta dimensão do alcance geográfico de um pólo ou de um centro de crescimento internacional, nacional ou regional, permite portanto, distingui-la, segundo uma hierarquia.

Outra integração fundamental reporta-se ao conceito das interdependências industriais com o das interdependências setoriais, sem a qual se torna difícil a concepção de "centro de crescimento". Portanto, a concentração geográfica de indústrias pode estar ligada à complementariedades entre a sua produção e desta com a comercialização dos produtos.

Sem dúvida, a necessidade de dar maior atenção às relações intersetoriais, de examinar a propagação de efeitos além do âmbito do setor industrial e de identificar no espaço geográfico, as aglomerações de atividades (industriais ou não), que apresentam sentido dinâmico, deram origem ao conceito de "centro de crescimento". Este, com sua conotação geográfica e seu sentido de aglomeração de atividades em geral, absorve e amplia o de pólo, e conduz não só a teoria dos lugares centrais, mas também à concepção teórica de centro-periferia. Em suma, um pólo implicaria uma aglomeração setorial, com um conjunto de indústrias apresentando interrelação mais elevada no seu âmbito interno do que com o exterior enquanto, que um "centro" se traduziria numa aglomeração geográfica, com um conjunto de atividades localizadas proximamente e com maiores relações entre si. (LALÉE, 1969, p.161).

Assim, enquanto que o pólo enquadra-se numa perspectiva setorial, para o "centro" é importante o sentido da intersetorialidade. Cumpre lembrar que tanto o pólo quanto o "centro de crescimento" não estão, todavia, identificados necessariamente com o fenômeno urbano e, muito menos, com o metropolitano. Entretanto, o único tipo de aglomeração geográfica que contém os dois conceitos – aglomerações setoriais e intersetoriais – parece ser o das grandes cidades que resultam, principalmente, da oferta de economias de urbanização.

A terceira integração reporta-se ao conceito das interdependências industriais com aquele relativo à geração de inovações e sua difusão. Assim, se passa da noção de "crescimento" para a noção de "desenvolvimento", que implica em mudança de estrutura. Desde que a noção de pólo gire em torno da idéia de uma indústria motriz e o

conceito da indústria motriz implique atividade inovadora, e, desde que a definição de um centro de crescimento contenha, por sua vez, a noção de "linkages" intersetoriais, converge-se para a idéia das ligações entre atividades inovadoras no setor industrial com aquelas inovadoras nas demais atividades humanas e com a própria mudança social. Surge então, o significado das regiões metropolitanas como sedes espaciais de processos de desenvolvimento. Assim são explicados também, os avanços da teoria do desenvolvimento regional, no sentido de aproveitar o conceito de espaço abstrato como campo de força e ligá-los aos conceitos modernos desenvolvidos pelas teorias de mudança social e organização espaço (BERRY, 1977, p.125). Os aspectos referentes à difusão de inovações, comunicação e conhecimento científico e tecnológico ganharam significância na medida em que tiveram seu conteúdo e alcance ampliados. Resultaram, portanto, formulações teóricas que procuraram traduzir o processo de desenvolvimento na sua dimensão espacial e transcender os sentidos meramente industrial e econômico daquele processo, através da incorporação de categorias políticas, sociológicas e culturais de análise.

Os grandes centros de mudanças tecnológicas através de inovações (core regions) ou regiões-núcleos seriam, assim, subsistemas da sociedade como um todo, territorialmente organizados e com uma elevada capacidade para gerar e induzir inovações. Vale ressaltar que a idéia de dominância está presente na relação entre o centro e sua periferia. (HAGERSTRAND, 1957, p.113).

Por outro lado, torna-se difícil conceber um processo de geração e difusão de inovações, mesmo na atividade industrial, que não possua ligações estabelecidas com os setores terciário e quaternário. Aliás, o quaternário, apresenta aspectos híbridos dos setores secundário e terciário pois, de um lado, as suas atividades assemelham-se a uma prestação de serviços e, de outro, cria produtos que contém valor de transformação. Além disso, a localização de atividades quaternárias ajusta-se tanto ao aspecto que diz respeito à teoria da centralidade como a outros que dizem respeito à teoria da localização industrial.

Dai resulta, então a convergência para a idéia de Lasuen que considera necessário a integração das teorias de localização industrial, da centralidade e do pólo de desenvolvimento (ou das ligações interindustriais), para a compreensão dos aspectos espaciais do desenvolvimento e conseqüentemente para a organização do sistema regional (KATZ, 1961, p.35). Esta integração conduz do conceito geográfico de centro de crescimento ao conceito de região metropolitana como um espaço organizador, gerador de inovações e com elevada capacidade de transmissão de dinamismo em escala nacional e/ou regional. Ela faculta a coexistência, com uma complexa estrutura industrial, de um universo amplo de unidades de produção pequenas e diferenciadas. Assim, diferentes escalas de produção de bens e prestação de serviços podem aglutinar-se em núcleos que reúnam importante potencial de "linkages" de caráter econômico, cultural, social, institucional e psicológico.

O espaço metropolitano, portanto, em face da sua estrutura complexa de atividades variadas, oferece a possibilidade de um número maior de inovações. Por outro lado, as metrópoles dispõem dos sistemas de comunicação necessários aos contatos indispensáveis na geração e difusão de inovações.

Portanto, o processo de difusão de inovações atravessa o sistema urbano-regional de um país caminhando de centros de maior hierarquia para baixo, isto é a partir das metrópoles no sentido das cidades menores. Em sistemas urbanos de modelo de cidade-primaz (metrópole), relacionados à estruturas econômico-sociais de caráter dual, o processo de adoção de inovações pode conter tendências de acentuação da dualidade e da primazia. A difusão faz-se, então, através da expansão da própria área metropolitana e de mudanças nas áreas imediatamente vizinhas, como que representando a permanência de um contraste entre o espaço em urbanização e o interior rural.

Cumpra salientar que apesar de nos países em desenvolvimento as inovações serem importadas, a sua absorção e adaptação exigem também o desenvolvimento das atividades quaternárias as quais, normalmente, são sediadas nas metrópoles. Por outro lado, de acordo com as classificações de atividades como as de Isard e Tinbergen que definem o alcance delas (internacional, nacional ou regional) observa-se que um maior número de atividades industriais pode ser incluído na chave internacional, enquanto que um maior número do setor terciário irá para a lista nacional. Explica-se assim, a razão pela qual o governo brasileiro tenha dado ênfase às estratégias de modernização de determinados setores do terciário, como por exemplo, o financeiro, no qual se estimula a organização em conglomerados e se assegura o seu caráter nacional. (BROW, 1971, p.552).

O setor terciário, aliás, mais do que o industrial é sensível à localização urbana, ditada pela centralidade.

Acrescente-se ao que foi dito, as atuações governamentais no sentido de expandir o quaternário e chega-se a avaliar o papel da região metropolitana como espaço que é, sede de desenvolvimento e de reafirmação nacional, no qual vem se cristalizando um movimento crescente de tomada de decisões.

Portanto, os fundamentos teóricos e as integrações que foram levadas a termo pela tecnoburocracia estatal, conforme foi visto anteriormente, ficaram patenteadas nos estudos que o Estado brasileiro, através de seus órgãos competentes, elaborou sobre a questão urbana, cumprindo assim, os propósitos do Plano Decenal, no capítulo referente ao desenvolvimento urbano.

5.3. A teoria da polarização sob um prisma crítico

A síntese da teoria de François Perroux pode ser assim traduzida: *"O crescimento não surge em toda parte e ao mesmo tempo, manifesta-se com intensidade variáveis em pontos ou pólos de crescimento; propaga-se segundo vias diferentes e com efeitos variáveis no conjunto da economia"*. (PERROUX, 1960, p.51).

No passar do tempo o que se tem observado é que nas suas formulações tradicionais e recentes, a teoria da polarização tem sido aplicada visando o espaço de alguns e não o espaço de todos.

Na realidade, a distinção feita com frequência, entre o espaço abstrato ou econômico e o espaço concreto ou geográfico – sendo este o espaço real – não permite que todos os elementos que entram na definição de um dado ponto no espaço sejam claramente captados. Por outro lado, a idéia de organização é inseparável da de tomada de decisões.

Assim sendo, uma vez que o Estado Brasileiro admitiu que o pólo não poderia ser implantado fora do sistema, coloca-se a seguinte questão: tendo em vista a inadequação da definição tradicional de sistema, o modelo comumente aceito de espaço como sistema, não mais é suficiente. Através da definição tradicional de sistema, como um complexo de elementos, das relações entre esses elementos e entre seus respectivos atributos (HALL e FAGEN, 1956, p.18), torna-se mais difícil ainda se chegar a uma definição operacional do espaço. Segundo Godelier, *"um sistema é um grupo de estruturas interligadas por certas regras"*. Estas estruturas, são, por sua vez, definidas por um "grupo" de elementos interligados por certas regras". Há portanto, uma grande diferença entre, de um lado, medir interrelações entre indústrias através, por exemplo, de matrizes de insumo-produto, e, de outro lado, considerar a relação entre uma dada estrutura de produção e outros elementos dos sistemas social e espacial.

A estrutura do espaço não depende apenas de localização das empresas, mas requer também, a consideração da estrutura do Estado e da produção, assim como do modo pelo qual os recursos disponíveis são atribuídos às diferentes classes sociais.

O espaço brasileiro caracteriza-se principalmente por ser organizado e reorganizado, em escala global, em função de interesses distantes. Todavia, ele não é afetado de maneira uniforme por essas forças de mudança.

Além disso, as forças de modernização impostas tanto do interior quanto do exterior, são extremamente seletivas em suas formas e em seus efeitos. As variáveis modernas não são todas recebidas ao mesmo tempo nem no mesmo lugar, porque a história tornou-se espacialmente seletiva.

O resultado é uma grande instabilidade na organização espacial, com desequilíbrios e repetidos reajustes.

O espaço nacional (e paulista), além de descontínuo e instável, é também multipolarizado, estando sujeito à inúmeras influências e polarizações provenientes de muitos níveis de tomada de decisão. Caracteriza-se, finalmente, por enormes desigualdades de renda.

Os modos operacionais do espaço seriam portanto influenciados por essas enormes disparidades.

A seletividade espacial no nível econômico bem como no social conteria, seguramente a chave para a elaboração de uma teoria espacial mais justa.

Entretanto, devido às exigências da tecnologia, durante o atual período histórico, o aparato produtivo está se concentrando cada vez mais nas mãos de poucos e em número limitado de pontos no espaço. O Estado brasileiro, por seu turno, devido às novas condições internacionais impostas e facilitadas pelo novo dado tecnológico, equipou-se com poderes centralizadores. O domínio desses poderes se estende para além das decisões econômicas e políticas, porque o exercício das funções do Estado moderno requer uma organização de transportes na qual a tendência à integração favorece todos os tipos de concentração.

Mas, o atual período tecnológico produziu, no âmbito do Estado brasileiro, como alhures, a difusão de informações e do consumo, a partir dos grandes centros. As migrações resultaram destas influências, afetando somente uma parte da população, porquanto a revolução dos transportes facilitou apenas a difusão de certos itens. Assim sendo, o Estado não poderia permanecer indiferente às novas necessidades criadas, cujo atendimento continua fora do alcance da maioria dos indivíduos.

Portanto, como fatores de concentração destacam-se a organização da produção e o Estado e, como fatores de dispersão, a população, em face das novas necessidades baseadas na difusão de informações e do consumo e, de novo, o Estado. O papel do Estado dependeria, dentro do contexto acima delineado, do uso de seus recursos para facilitar direta ou indiretamente a organização da produção ou da utilização dos referidos para fornecer serviços à coletividade.

Todavia, o problema não se resume apenas na vontade do Estado, mas no poder do mesmo, porquanto as tendências à concentração levam à formas monopolistas e oligopolistas de organização que o forcem a repartir a poupança popular e o poder de tomar decisões. (SANTOS, 1979, p.149).

Assim, no Brasil e em São Paulo, o modelo polarizador proposto deu impulso a novas formas organizacionais que não hesitaram em usar seu poder decisório em benefício próprio agravando sensivelmente a concentração.

Portanto, a teoria dos pólos de crescimento serviu à difusão do capital no espaço brasileiro, através dos próprios programas governamentais que tiveram como

respaldo a teoria da polarização e foram implementados mediante os incentivos e isenções fiscais e creditícias concedidos a latifundiários, fazendeiros e empresários nacionais ou estrangeiros.

5.4. Avaliação do Programa das Cidades Médias

Pelo que foi exposto anteriormente, observa-se que o Programa, apesar das diretrizes, para ele traçadas, no quadro maior da economia, não foi capaz de anular a força do capital (através do poder econômico) que se instalou, freqüentemente nas cidades, à revelia do que fora definido para a estratégia espacial do Estado de São Paulo. Neste sentido continua válida a síntese da teoria de Perroux: *"o crescimento não surge em toda parte e ao mesmo tempo manifesta-se com intensidades variáveis em pontos ou pólos de crescimento"*. Isto é, desde que tais pólos sejam interessantes para investimentos, do ponto de vista do modelo econômico em vigor.

Portanto, apesar dos esforços encetados continuou valendo, apesar da proposta de planejamento urbano-regional para o Estado de São Paulo, os interesses do capital e dos segmentos privilegiados da sociedade.

Todavia, surpreendente é o fato do Programa não ter logrado atingir seus objetivos sob a ótica não do crítico, como é o nosso caso, mas do próprio governo do Estado.

Os estudos que deram origem à PDUR estabeleceram uma divisão do Estado de São Paulo em quatro áreas cada uma delas com uma necessidade específica: recuperação da qualidade de vida, controle, dinamização e promoção. Dentro dessa linha, os centros considerados dinamizadores de uma região (Ribeirão Preto, Marília, Baurú, São José do Rio Preto, Araçatuba e Presidente Prudente) seriam hierarquicamente, os beneficiários em potencial.

Para a escolha de quais desses municípios integrariam o Programa, deveria ser fixado o volume de verba disponível e em função disso, o limite máximo possível. Entretanto, isso não aconteceu; foram incluídas no Programa não só as cidades citadas, como outros centros dinamizadores, como também os municípios que teriam logicamente as suas áreas dinamizadas, ou seja, alguns municípios que compõem cada uma dessas regiões.

Este quadro se agrava se pensarmos que a verba disponível não era suficiente para resolver os problemas mais prementes de infra-estrutura de uma cidade somente.

Considerando-se que a verba foi dividida, quase sempre, para todas as cidades integrantes do Programa, e que os projetos foram selecionados de acordo com este montante, tornou-se impossível atingir os objetivos propostos.

Seria importante lembrar que o objetivo máximo do programa era dotar as cidades consideradas pólos potenciais de crescimento, de uma infra-estrutura adequada à sustentação de um desenvolvimento acelerado. Ficou claro, também que a parte teórica do Programa, representada pelas diretrizes da PDUR, estava de acordo com os fundamentos da Teoria dos Pólos.

Na realidade, independentemente dos efeitos econômicos que a implantação de uma política de pólos no Estado de São Paulo possa trazer, o que se questiona é a distância entre a teoria encampada pelo governo e a prática evidenciada através da execução do Programa. Assim, no confronto entre a teoria e a prática do Programa, uma evidência não pode ser negada: a escolha das cidades, em certas ocasiões, e a seleção dos projetos sempre obedeceu, prioritariamente, a pressões políticas.

Esta constatação, leva-nos a colocar alguns pontos de reflexão sobre o papel do planejador urbano, dentro do quadro político-administrativo da época.

Em primeiro lugar, o crescente interesse que o planejamento urbano tem despertado faz com que proliferem soluções técnicas aos problemas advindos do nosso modelo de desenvolvimento, cada vez mais afastadas da própria realidade a que elas pretendem ser aplicadas; isto nos leva a um caminho perigoso, onde a transformação do método num fim em si mesmo inibe o aparecimento de uma visão crítica da realidade urbana. Por outro lado, a prática política, ainda dominada por um esquema de clientelismo, de favorecimento a interesses isolados, faz com que os programas de governo tomem um caráter puramente ideológico.

Finalizando, parece-nos que o impasse criado entre técnica e política, do ponto de vista do planejador, só será superado com a participação efetiva do técnico, na formulação e aplicação de programas, mas com uma visão bastante clara dos interesses político-sociais reais da comunidade, e da viabilidade prática do programa proposto. Enquanto persistir a valorização do método como um fim em si mesmo, e o descompromisso entre o planejador e o executor, continuaremos a assistir ao esvaziamento dos programas de planejamento urbano, como é o caso do Programa das Cidades Médias.

6. Considerações Finais

No curso dos últimos anos, as cidades médias passaram por substanciais transformações em face da implantação de novos serviços, sobretudo os logísticos, de informação, de comunicação, de transportes, de educação e de turismo. Assim sendo, apareceram como alternativa de moradia, por oferecerem melhores condições e qualidade de vida em relação às áreas metropolitanas.

No transcorrer da década de 80, tais cidades lograram maior expansão, gerando muitos empregos, enquanto a recessão emergia nas áreas metropolitanas.

Em face do contexto apresentado, em relação às cidades médias, sente-se, claramente que tais aglomerações estão fadadas a novos papéis, no âmbito da rede urbana brasileira, havendo, portanto, a necessidade de estudá-las com maior profundidade.

7. Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Thompson. s/d. Considerações Preliminares sobre uma Política de Descentralização Espacial Através do Apoio ao Desenvolvimento das Cidades Médias no Brasil. *Instituto de Planejamento Econômico e Social; IPEA/INPES* (mimeog).
- BARAT, Josef & GEIGER, Pedro P. 1979. Estrutura Econômica das Áreas Metropolitanas Brasileiras. Rio de Janeiro. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 3 (30): 645-735.
- BARAT, Josef & GEIGER, Pedro P. 1977. *O Processo de Crescimento Urbano no Brasil*. Pesquisa e Planejamento Econômico, 7 (2): 459-476.
- BARAT, Josef. 1974. Notas sobre o Planejamento Urbano no Brasil. Rio de Janeiro. In *Revista Brasileira de Economia*, 28 (4): 46-108.
- BARAT, Josef. 1978. Política de Desenvolvimento Urbano e Política de Localização Industrial: Uma Abordagem Integrada. Rio de Janeiro. *Revista de Administração Pública*. 12 (2) : 117-137.

- BERRY, Brian J. 1967. *Geography of Market Centers and Detail Distribution*. Englewood Cliffs, Prentice Hall.
- BERRY, Brian. 1971. City Size and Economic Development: Conceptual Synthesis and Policy Problems. *With Special Reference to South and Southeast Asia*. Chicago. Urbanization and Special Development.
- BROW, L.A. & COX, K.R. 1971. Empirical Regularities in the Diffusion of Innovation. *Annals of the Association of American Geographers*. Vol. 61, p.551-559.
- FRIEDMAN, John. 1963. Regional Economic Policy for Developing Areas. Papers and Proceedings. *The Regional Science Association*, vol. 2.
- FURTADO, Celso. 1979. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo, Ed. Nacional.
- GODELIER, M. 1972. *Rationality and Irrationality in Economics*. London, NLB.
- HAGERSTRAND, T. 1957. Migration and Area in D. Manneterg, T. Magerstrand & S. Odevig (eds). *Migration in Sweden a Symposium. Lund Studies in Geography*, série B, nº 13, p.112-120.
- HALL, A.D. & FAGEN, E. 1956. *Definition of System. General Systems*. Yearbook.
- JACOBSON, Leo & PRAKASH, Ved. 1971. Urbanization and Urban Development: Proposals for an Integrated Policy Base, *Urbanization and National Development*, Vol .1 .Beverly Hills, Sage Publ.
- JALÉE, Pierre. 1969. *L'Indépendance en 1970*. Paris, Maspero.
- KATZ, Elihu. 1961. The Social History of Technical Change: Two Studies on the Diffusion of Innovation. In W. Schramm (ed). *Studies on Innovation and Communication to the Public*, Stanford University.
- PERLOFF, H.S. & WINGO Jr. L. 1961. Natural Resources Endowment and Regional Economic Growth. In Spengler, j. (ed) *Natural Resources and Economic Growth*. Washington, Resources for the Future.
- PERROUX, François. 1960. *L'Économie du XXème. Siècle*. Paris.
- RICHARDSON, Harry W. 1976. *City Size And National Spacial Strategies in Developing Countries: Report for the BIRD*. Washington, Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento.
- ROCHEFORT, Michel e LAMICQ, Hélène. 1975. *As Cidades Médias Brasileiras*. S. Paulo. (mimeo).
- SANTOS, Milton. 1979. *Economia Espacial: Críticas e Alternativas*. (Col. Economia e Planejamento, série "Teses e Pesquisas" dir. de Tamás Szmrecsányi) .Trad. de Maria Irene de Q. F. Szmrecsányi. São Paulo, Hucitec .
- SANTOS, Milton. 1975. *L'Espace Partagé*. Paris, M-th. Genin Libraries Thécniques, Paris.
- STOHR, Walter B. 1974. Some Hypotesis on the Role or Secondary Growth Centers as Agents of Spatial Transmission of Development in *Newly Developing Countries*. Documento apresentado à Conferência da IGU, Ontário.

- TOLOSA, Hamilton. 1975. Dualismo no Mercado de Trabalho Urbano. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 5 (1) 1-36.
- TOLOSA, Hamilton. 1973. Macroeconomia da urbanização brasileira. S. Paulo. Número Especial de *Pesquisa e Planejamento Econômico*; 3 (3): 585-644.
- WILLIAMSON, J.G. 1956. *Regional Inequality and the Process of National Development Economic And Cultural Change*, 13:3-45.
- WINGO, London. 1969. Latin American Urbanization, *Plan or Process?* Frieden, B.J. & NASH, W. 9 eds), *Shaping and Urban Future*. Cambridge, Mass Mit Press, p.115-146.
- WROBEL, Andrzy. 1974. Teorias e Modelos de Desenvolvimento Regional: um exame crítico. Rio de Janeiro. *Boletim Geográfico*, 3 (239). mar/abr.

PALAVRAS-CHAVE: Nossa Senhora das Dores - Santa Maria - Capital - Estado.

SOME INTRA-URBAN TRANSFORMATIONS IN NOSSA SENHORA DAS DORES NEIGHBORHOOD, SANTA MARIA TOWN, RIO GRANDE DO SUL STATE - BRAZIL

ABSTRACT: This paper seeks to characterize some intra-urban transformations of Nossa Senhora das Dores neighborhood, in Santa Maria town, Rio Grande do Sul State - Brazil. I also tries to shortly sketch the history of said city and its role both in Rio Grande do Sul and in Brazil. The making of said paper was mainly based on the analysis of historical facts and on the spatial processes of urbanization, backing up: the State and Capital.

KEY WORDS: Nossa Senhora das Dores neighborhood, Santa Maria town, Capital, State.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo trata de processos de urbanização do bairro Nossa Senhora das Dores, na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul.

A área central da cidade, mesmo nos últimos anos, tem sofrido acelerado de verticalização, entre outros motivos provenientes de grupos empresariais locais e de fora da cidade. A procura por áreas para exploração, mais recentemente também se direciona para áreas residenciais, por exemplo os bairros Nossa Senhora de Lourdes e Nossa Senhora das Dores.

A partir da década de 80, muitos espaços que antes eram terrenos baldios, tem poucos hectares transformando-se áreas edificadas através da construção civil que vem

*Mestrado em GEM - 2000, Curso de Pós-graduação da FURG, Rio Grande.

Trabalho de FGT - 1998, do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Área de Concentração: Análise Espacial e Ambiental, Linha de Pesquisa: Urbanização e Espaço Urbano.

Revista de Geografia, 18 (1), 2000, p. 1-27. Rio Grande do Sul, Brasil. ISSN 0034-7179. Boletim de Geografia, 18 (1), 2000, p. 1-27.